

# NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 09 de junho de 2000

Ano 2 Nº 30

## Ex-diretor de presídio depõe na CPI

A CPI que investiga o narcotráfico e o crime organizado em Santa Catarina, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), voltou a se reunir nesta quarta-feira (7) para ouvir o depoimento do ex-diretor do presídio de Joinville, comissário da Polícia Civil Juez Espíndola. Na parte aberta do seu depoimento ele traçou uma radiografia das drogas em Joinville e São Francisco do Sul. Antes de entrar no caráter reservado, solicitou que nenhum representante da Polícia Militar estivesse presente.

Espíndola detalhou ao relator da Comissão, deputado Adelor Vieira (sem partido), que quando trabalhava em São Francisco do Sul, a maconha chegava oriunda das Filipinas. Os traficantes trocavam a droga por aguardente. Na época o maior traficante era João dos Passos e toda sua família.

Afirmou que quando tinha informações a respeito de tráfico na cidade, sempre comunicava a Polícia Federal e não a Estadual, porque não é bem visto por muitos investigadores e policiais militares. Ele se dispôs a

revelar uma lista com os 20 maiores traficantes de Joinville. No entanto, citou apenas seis, antes que o depoimento continuasse em caráter reservado: Osni Fortes, Jeferson Pereira (Gogó), Romário, "Leco", como o maior traficante da área do Iririú, Nereu Soares Filho e Ito, que tem um patrimônio muito grande.

Segundo o presidente da CPI, no período reservado do depoimento Espíndola prestou informações sobre como as drogas chegam ao município e ao presídio facilitada por diversos meios, citando outros envolvidos. Entretanto, a frase que mais chamou a atenção do deputado foi a afirmação de que "cadeia tranqüila é aquela em que existe drogas".



Juez Espíndola não quis ser fotografado

(fotos: Maria do Carmo Kravchynchyn)



Secretário da Justiça

(foto: Jonas Lemos Campos)

O secretário da Justiça, Paulo Cesar Ramos de Oliveira, em depoimento na manhã do dia 8, afirmou que o tráfico de drogas dentro dos presídios não passa de um "mito". Desmentiu informações em posse da CPI dando conta que agentes prisionais seriam os grandes responsáveis pela introdução de entorpecentes nos 20 presídios e nas 3 penitenciárias do Estado. "O que existe é o transporte "formiga" feito pelos familiares dos presos, sob pressão", enfatizou.

Justificou que as regalias que alguns apenados possuem nas prisões são fruto do seu bom comportamento, e não por serem grandes traficantes que poderiam de alguma forma obter ilegalmente este

Segundo Blasi, isso significa a falência do sistema prisional.

Já o deputado Pedro Uczai (PT) confirmou que o depoente apresentou fitas cassetes e de vídeo para comprovar algumas de suas denúncias que já eram de conhecimento da Comissão, além de outras que irão auxiliar nas atuais investigações.

## Tráfico dentro de presídios é mito

destaque. Esse procedimento pode ser interno, com os presos fazendo trabalho dentro dos presídios, ou externos, quando recebem uma remuneração por serviços prestados.

**Prorrogação de prazo** - Os deputados Pedro Uczai (PT) e João Rosa (PTB) defendem a prorrogação do prazo da Comissão por pelo menos 60 dias para a realização de novas investigações. Já o relator, Adelor Vieira (sem partido), é contrário por entender que a CPI apenas está fazendo uma biópsia da situação no Estado. Sua proposta é pela criação de um fórum permanente para debater o assunto.

## OPINIÃO

# Fruteira - Alternativas para o Planalto Serrano



A Região Serrana de Santa Catarina é conhecida como tradicional produtora de maçãs, pois abriga 90% dos produtores e responde por 40% da produção estadual, com altos índices de produtividade e qualidade, no entanto reúne excelentes condições para produção de outras frutas de clima temperado, como pêra, ameixa, pêssego, uva, entre outras.

Neste sentido, tivemos a iniciativa de solicitar às Secretarias da Educação e Agricultura a inclusão da maçã na merenda escolar e de empresas da área no Prodec. No BRDE e na Secretaria da Agricultura, estamos

buscando a liberação de linhas de crédito para armazenagem da maçã em câmaras frias.

Recentemente participamos em São Joaquim do seminário "Fruteira - Alternativas para o Planalto Serrano", promovido pela Epagri, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Agricultura e Núcleo Serrano de Engenheiros Agrônomos. O objetivo foi trazer informações e promover a diversificação na produção de frutas na região do Planalto Serrano catarinense, visando tornar a atividade mais segura e estável.

Durante o encontro foram abordados diversos temas, tais como a produção e comercialização de frutas em clima temperado, estratégias

para a organização, comercialização e exigências do mercado consumidor, perspectivas da cultura da pêra européia, da ameixa, da pêra japonesa e do pêssego tardio e aspectos técnicos de produção para a Região Serrana, mercado de vinhos finos no Brasil e exterior, sua cultura e aspectos técnicos para produções no Planalto Serrano.

Linhas de crédito para financiar infra-estrutura para todas essas atividades frutícolas e tendências tecnológicas para uma maior eficiência na produção de maçã também foram discutidas.

Na oportunidade, tivemos contato com vários produtores e visitamos várias fábricas, e a impressão que tivemos foi que essa região está preparada para industrializar nosso produto, que é de excelente qualidade, exportando-o para diversos países.

Ao final do evento, o secretário da Agricultura de São Joaquim, Celso Yoshioka, declarou oficialmente o número de 650 inscrições para o seminário, sendo 70% de produtores. Os demais são engenheiros agrônomos, estudantes de Agronomia e técnicos.

O balanço foi positivo, mas existe ainda por parte do governo do Estado um descrédito em relação à industrialização da maçã. O potencial de uma região deve ser aproveitado, e não colocado em dúvida. Vamos defender esse direito e valorizar o produto brasileiro no exterior.

**Deputado Sandro Tarzan (PTB)**

## A democracia tem de prevalecer



A população brasileira tem assistido aos sobressaltos, nas últimas semanas, à violência contra manifestantes que protestam nas ruas das principais cidades do País contra os salários archoados e toda uma política econômica que aprofunda as desigualdades sociais. Diante de manifestações cada vez maiores, o Governo Federal e seus aliados nos estados – a exemplo de Santa Catarina –, demasiadamente comprometido com o Fundo Monetário Internacional (FMI), opta por responder às questões sociais com balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes, cavalos, cães treinados, prisões. Infelizmente, nós já vimos

esse filme e somos sobreviventes da luta incessante pela abertura, pelo retorno da democracia e pela liberdade de expressão.

O que temos testemunhado, no entanto, além da repressão nas ruas contra os movimentos dos trabalhadores, é o retorno perigoso da censura, articulado na sombra dos gabinetes de quem não tem compromisso com a liberdade e o avanço da democracia. Recentemente, fomos surpreendidos com a atitude ditatorial do secretário de Comunicação da Presidência da República, Andrea Matarazzo, que com apenas um telefonema censurou

a entrevista de um dos coordenadores nacionais do Movimento dos Sem-Terra, João Pedro Stédile, no programa Opinião Brasil, produzido pela Rede Cultura, do Governo de São Paulo, e pela Rede Educativa, do Governo Federal. Veículos de comunicação de circulação nacional informam que, no total, oito estados deixaram de transmitir a entrevista de Stédile.

Essa arbitrariedade foi contestada judicialmente pela direção nacional do Partido dos Trabalhadores, que deu entrada no Supremo Tribunal Federal com uma notícia-crime contra Andrea Matarazzo pela censura à entrevista do representante do MST. No caso específico do MST, cabe salientar que este tem sido o principal alvo da violência policial, com chacinas, como a do Pará, que marcam sua história. Esse Movimento é hoje considerado mundialmente como uma das novidades em termos de mobilização popular. Em contraponto à organização dos sem-terra, temos um Governo Federal despreparado para lidar de forma democrática com os que clamam por justiça social e redistribuição de renda. Os parlamentares, como homens públicos eleitos diretamente pelo voto, devem participar desse debate nacional e impedir que a democracia seja manchada por governantes que querem calar a bala, ou com manipulação da mídia, as vozes de discordância a esse modelo econômico de exclusão social.

**Deputado Neodi Saretta (PT)**

### Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)

4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (sem partido)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621  
imprensa@alesc.sc.gov.br

### Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Margareth Genovez

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

**ESPECIAL****Deputados discutem Lei de Responsabilidade Fiscal**

Por iniciativa do presidente da Mesa Diretora, deputado Gilmar Knaesel (PPB), foi realizado nesta terça-feira (6), no Plenarinho, seminário especial para discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional. Foi convidado como palestrante o consultor Weder de Oliveira, que acompanhou a tramitação e votação da nova legislação na Câmara dos Deputados.

Oliveira explicou que a lei fixa normas para que a União, estados e municípios possam administrar bem suas receitas e evitar, assim, o endividamento excessivo, prevê o planejamento e execução orçamentários, determina um limite para gastos com pessoal, seguridade e juros, e além de restringir endividamentos, determina sanções pessoais a quem desrespeitar a legislação.



Consultor Weder de Oliveira e Presidente Knaesel

(fotos Maria do Carmo Kravchynchyk)

válidas para os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

Para Oliveira, um dos aspectos importantes da lei é a limitação de gastos para os administradores em final de mandato: nos últimos seis meses não podem aumentar as despesas com pessoal, realizar operações financeiras por antecipação de receita ou fazer obras que não possam ser pagas no mesmo ano. As sanções ainda prevêem multas de 30% dos vencimentos anuais em caso de outras irregularidades citadas na legislação e crime de responsabilidade.

Segundo o consultor, a Lei de Responsabilidade Fiscal permite o acompanhamento e o controle da arrecadação, dá maior ênfase à captação de receitas próprias, controla o sistema de terceirização de serviços, estabelece normas para a contratação de créditos e exigências para a realização de operações de créditos por antecipação de receita,

Um número bastante expressivo de deputados, diretores e assessores da Assembléia participou do evento e tiveram a oportunidade de debater o papel do Legislativo, que é o de fiscalização, em face das novas exigências previstas na legislação, que também limita seus gastos com pessoal, fixados em 2,5% da receita.

**Cineastas do Mercosul se reúnem no Plenarinho**

Os coordenadores do 4º Florianópolis Audiovisual Mercosul 2000 estiveram reunidos na última semana na Assembléia, com o objetivo de discutir os problemas burocráticos existentes em relação à circulação de filmes nos países integrantes do Mercosul.

Uma das principais reivindicações do grupo é uma legislação nacional específica para o setor, envolvendo também a Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. No plano estadual, pedem a criação de uma lei do ICMS Cultural que prevê incentivos para empresas que investirem na cultura. "O projeto pode revolucionar a produção de cinema em Santa Catarina", explicou o coordenador-geral do evento, Antônio Carlos dos Santos.

**Pesquisa eleitoral é tema de palestra**

Nesta terça-feira (6), na Assembléia, o diretor-presidente do Instituto Mapa - Pesquisa e Telemarketing, professor José Nazareno Vieira, proferiu palestra sobre "Os institutos e as pesquisas eleitorais".

Entre os temas voltados para as eleições municipais de 2000, foram apresentados escolha e contratação de uma empresa de pesquisa, preços, prazos, coleta de dados, relatórios e análises de resultados, sigilo ou divulgação dos

resultados e nível de acerto das pesquisas eleitorais.

A palestra foi voltada aos parlamentares com o objetivo de esclarecer e desmistificar aspectos de procedimentos dos institutos em pesquisas eleitorais, desde a contratação até a divulgação. Na oportunidade, o Instituto Mapa sorteou entre os participantes uma pesquisa eleitoral no município de interesse do deputado.

**Mostra de arte e lançamento de livros**

Nesta terça-feira (6), na Galeria de Arte da Assembléia, aconteceu o lançamento do 8º livro da artista plástica e escritora Nini, intitulado "Sonhar é Não Sentir o Tempo Passar", e a abertura da exposição comemorativa aos seus 27 anos de pintura. Natural de São José, Nini é autodidata e as flores são o principal tema em suas telas, que são pintadas com os dedos. A mostra, composta por 32 obras, estará aberta ao público até o próximo dia 16.

Já na noite de quarta-feira (7) no

estande da Alesc na festa do Divino Espírito Santo, foi a vez do lançamento do livro de poemas "Sonhos", do Padre Valter Goebert, professor há 23 anos no Instituto Teológico de Santa Catarina (Itesc), em Florianópolis. Doutorado em Teologia Litúrgica em Roma, Goebert já lançou seis livros sobre teologia, e vai repassar toda a renda da vendagem dos livros para a Irmandade do Divino Espírito Santo, responsável pela maior obra de ajuda a menores no Estado, atendendo 1.300 meninos de rua.

## COMISSÕES

# Transportes recebe informações do porto de São Francisco do Sul

**P**or solicitação do deputado Valmir Comin (PPB), a Comissão de Transportes, presidida pelo deputado Ciro Roza (PFL), recebeu nesta terça-feira (6) a visita do administrador do porto de São Francisco do Sul, Marcelo Werner Salles, que trouxe informações contidas no relatório de 1999. Atuando há 12 anos no porto, Salles disse que o mercado do Mercosul representa um PIB de 1 trilhão de dólares e que as exportações do Estado significam 5, 1% do total do país, empregando 333 mil trabalhadores e tendo movimentado no último ano 4, 5 milhões de toneladas. Frisou, ainda, que 90% da movimentação cabe à indústria catarinense, responsável pelo crescimento do porto desde 1990 em 239, 36%.

A participação da iniciativa privada permitiu que esse porto no norte do Estado alcançasse uma das menores taxas portuárias do Brasil, equivalente a 120 dólares, quando a média mundial é de 100 dólares.

Quanto aos investimentos para sua expansão, fundamental para atender uma demanda cada dia mais crescente, Salles anunciou a construção de um novo pier para setembro deste ano com dois berços de atracação. Criticou o governo federal por privilegiar portos do Nordeste e do Sudeste, com pouquíssima movimentação de carga, destacando que no Orçamento da União de 2000 foi reivindicada

a construção de um pátio de 135 mil metros quadrados. Os investimentos nos últimos cinco anos naquele porto chegaram a 5 milhões de dólares, indo desde a pavimentação e treinamento de pessoal até estudos com empresários para agilizar a espera dos navios atracados de 4 dias para 24 horas.



Marcelo Werner Salles, administrador do porto

(foto Giancarlo Boroluzzi)

Comin disse que os deputados federais e senadores catarinenses precisam se ater a essas injustiças praticadas contra o nosso Estado, em especial aos investimentos nos portos de Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul. Participaram também da reunião os deputados João Rosa (PTB) e Altair Guidi (PPB).

## Projeto do Refis recebe emendas na CCJ

**O Projeto trata da consolidação e parcelamento de débitos relativos ao antigo ICM e ao atual ICMS, correspondentes a dívidas ocorridas até 31 de dezembro de 1999.**

**A**presentado na reunião desta terça-feira (6) na Comissão de Justiça, pelo deputado Onofre Agostini (PFL), o parecer ao Projeto de Lei nº 124.5/00, de origem governamental, que institui o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal (Refis), o qual consiste na consolidação e parcelamento de débitos relativos ao antigo ICM e ao atual ICMS, correspondentes a dívidas ocorridas até 31 de dezembro de 1999.

Segundo o relator, seu parecer pela admissibilidade e tramitação do projeto nos termos da subemenda global deverá ser aprovado pela Comissão na próxima semana, uma vez que foi pedido vista pelo deputado Reno Caramori (PPB). Foram acatadas nove emendas, sendo sete do próprio relator e duas (uma acatada de forma parcial e a outra integral) do deputado Ronaldo Benedet (PMDB). Outras emendas somente poderão ser apresentadas nas Comissões de Finanças e de Fiscalização e Controle, por onde o projeto ainda passará antes de ser votado em Plenário.

Para Onofre, presidente da Comissão de Justiça, "as emendas aperfeiçoaram o projeto original". Pelo projeto do governo, só poderiam ser renegociadas as dívidas geradas até 31 de dezembro do ano passado. Com a emenda, o prazo foi estendido até 8 de maio deste ano,

permitindo que um maior número de empresas quitem suas dívidas com o Estado.

Outra emenda prevê que não se cobre mais juros sobre a multa e sim sobre o capital. "Quando a empresa deixava de recolher ICM e agora ICMS, a multa sobre o imposto era de 100% a 150%. Como então pagar juro sobre o que é injusto, ilegal?", questiona o parlamentar. A proposta da emenda apresentada é que as multas a serem consolidadas sejam reduzidas em 70% do seu valor.

Levantamentos do governo do Estado apontam para uma dívida ativa de R\$1,6 bilhão. "Sabemos que parte dessa dívida não pode ser recuperada, mas outra sim. Se o governo conseguir recolher entre 30% e 40% desse valor, será possível investir na realização de obras em todo o Estado, que atualmente não podem ser desenvolvidas por falta de recursos", finalizou.

## COMISSÕES

# CPE realiza audiências no interior do Estado

**D**urante esta semana, a Comissão Parlamentar Externa que investiga indícios de formação de cartel e abuso de poder econômico na venda de combustíveis em Santa Catarina realizou audiências públicas no interior do Estado, onde os preços são considerados abusivos. Os encontros já se realizaram em Blumenau, Rio do Sul, Lages, Caçador, Chapecó, São Miguel d' Oeste e encerram-se nesta sexta-feira (9) em Criciúma e Orleans. As reuniões têm acontecido nas Câmaras Municipais com representantes do Procon, do Ministério Público e com consumidores.

O objetivo das audiências é pressionar os proprietários de postos de combustíveis a reduzirem a margem de lucro, o que já aconteceu em Florianópolis, resultante de uma rodada de negociações entre parlamentares e os setores diretamente envolvidos. Nesta semana pôde-se comprovar que os postos da Capital já apresentavam tabelas entre R\$ 1,13 a R\$ 1,29, para a gasolina comum.

## Abusos confirmados

Em Blumenau, o clima entre parlamentares e o advogado do sindicato dos postos de combustíveis, João Paulo Pasqualli, foi bastante tenso. Segundo o presidente da CPE, deputado Nelson Goetten (PPB), a maioria dos postos está praticando R\$ 1,36 o litro, sendo que o valor aceitável para a região é de R\$ 1,29.

A Comissão estabeleceu para esta segunda-feira (12) o prazo máximo para esses postos baixarem os preços, sob pena de o caso ser entregue ao Ministério Público. No entanto, o representante dos comerciantes reagiu, e garantindo que os estabelecimentos não vão se curvar a ameaças e acusações, negou-se a fornecer notas fiscais ou planilhas de custos por considerá-las segredo empresarial, dizendo que se defenderão no devido tempo.

**Sem acordo** – Em Lages, a audiência foi tumultuada. Os proprietários de postos resistem e mantêm o preço médio em

R\$ 1,43, alegando que as distribuidoras chegam a cobrar R\$ 1,22 o litro. O impasse foi criado com o apoio do Procon e do próprio Ministério Público local, fato lamentável, segundo Goetten, pois esses são órgãos de defesa do consumidor. A CPE vai adotar a mesma estratégia de Blumenau, devendo apresentar denúncia na próxima semana.

Em Caçador, os deputados, com apoio da Promotoria Pública, iniciam trabalho de busca e apreensão de notas fiscais para caracterizar o abuso dos preços, já que os proprietários de postos não compareceram ao encontro para prestar esclarecimentos.

**Oeste** - Segundo o relator da CPE, deputado Jaime Mantelli (PDT), em Chapecó (8) a audiência transcorreu em clima tranqüilo e amistoso, com todos os donos de postos dispostos a repassar à Comissão notas fiscais das distribuidoras, para uma análise mais apurada entre custo do combustível e preço final de comercialização. Foi constatado que mesmo antes da visita dos deputados, os comerciantes já haviam iniciado a redução dos preços, e a tendência é baixar ainda mais.

**Na mira** – Ainda sem confirmação de datas, as próximas audiências da CPE foram anunciadas por Goetten e serão em Canoinhas, Videira, Jaraguá do Sul e Joaçaba.

## AL debate violência policial

**A** Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), realizou nesta quinta-feira (8) audiência pública, requerida pelo secretário-geral da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, Dórian Ribas Marinho, com o objetivo de debater a violência policial no Estado. Além da deputada Odete de Jesus (PPB) e dos deputados Francisco de Assis (PT), Gelson Sorgato (PMDB) e Manoel Mota (PMDB), estiveram presentes o comandante-geral da Polícia Militar, cel. Walmor Backes; o secretário da Segurança Pública, Antenor Chinato Ribeiro; o promotor Gercino Gomes Neto, do Centro de Promotoria da Infância e da Adolescência, e representantes de conselhos tutelares e de movimentos sociais contra a violência.

O tema central da reunião foi a violência policial no Estado, principalmente contra crianças e adolescentes. A OAB, através de seu

representante, condenou as ações das Polícias Civil e Militar. O promotor Gercino denunciou o não-cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo ele, "estão ocorrendo apreensões irregulares e violência policial com ação justiceira intensa".

O cel. Backes falou que apesar da preocupação com a formação profissional da corporação, a polícia tem conhecimento das denúncias contra policiais militares e que há acompanhamento dos casos. Defendendo que é preciso ter estrutura adequada na polícia em geral, o secretário Chinato falou sobre o aumento no número de delegacias especializadas no Estado.



Autoridades comparecem a audiência

## PLENÁRIO

# Isenção de pagamento de pedágio

Levando em consideração a possibilidade das rodovias serem privatizadas, o deputado Nilson Gonçalves (PFL) apresentou à Assembleia projeto de lei que estabelece a isenção de pagamento de pedágio em postos ou praças localizados nas estradas catarinenses ou sob jurisdição estadual para os veículos emplacados no mesmo município de localização dos referidos postos ou praças e às motocicletas de quaisquer categorias e cilindradas, independentemente do município e do Estado em que foram emplacados.

“Justifica-se a apresentação deste projeto quando vislumbramos a crescente tendência de privatização das rodovias, tanto no plano federal quanto no estadual, o que em nosso Estado deverá ocorrer muito em breve, explicou o parlamentar.

**Pontes e trevos** - Preocupado com a precária situação da ponte sobre o rio Itajaí-Açu, no município de Itajaí, Gonçalves fez um pedido de informação ao Chefe do 16º DNER/SC indagando por que as obras de reforma ainda não foram iniciadas, uma vez que o fluxo de veículos está sendo desviado para a ponte da pista duplicada; se está prevista a sua recuperação; quando e qual o prazo de conclusão. Também quer saber por que



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Nilson Gonçalves

as obras do trevo da BR-101 que dá acesso a Jaraguá do Sul estão paralisadas, uma vez que o viaduto no local encontra-se concluído.

**Recuperação** – Da mesma forma, apela ao Secretário dos Transportes e Obras que utilize parte dos recursos orçamentários daquela Secretaria, determinando ao DER que inicie imediatamente a recuperação da ponte localizada na estrada do sul ligando Guaramirim a Joinville, que se encontra em precárias condições.

# Pequenas indústrias são muito oneradas

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) fez uma indicação ao Governador solicitando a adoção de medidas que desonerem as pequenas indústrias de vários encargos que lhes são inerentes, como o recolhimento de taxas e encargos. Para o município, alvará municipal, IPTU, coleta de lixo e Secretaria Municipal de Saúde; para o Estado, Fatma e inscrição estadual; e para a União, INPM e os respectivos conselhos profissionais.

Segundo o parlamentar, os conselhos profissionais têm exigido a contratação

e o registro institucional simultâneo em várias agroindústrias sem considerar a finalidade específica destas nem a qualidade de responsável técnico imputada ao profissional em atividades. Muitas vezes as atribuições e funções se confundem. “As esferas produtivas do Estado, notadamente aquelas que estão iniciando, devem receber guarida do poder público para poderem desenvolver de maneira mais condizente as suas atividades, daí por que a necessidade de diminuir os encargos que sobre elas recaem”, disse Mendonça.

# Dosagem de medicamentos

Em sua primeira semana na Assembleia, o deputado Antônio Aguiar (PFL) apresentou projeto de lei que proíbe a indicação da dosagem de medicamentos tendo como referencial a colher nas bulas.

Destá forma a dosagem será indicada conforme sistema decimal, utilizando-se o mililitro (ml), e todos os medicamentos que se fizerem necessários ser medidos pelo consumidor, serão acompanhados de cuba de dosagem marcada com as medidas, sob pena de multa, a ser definida em regulamentação própria.

Para o parlamentar, “estas orientações têm que ser simplificadas a tal ponto de não gerar dúvida na quantidade adequada a ser utilizada. A confusão é grande porque nem todos sabem diferenciar uma colher de sopa de uma de chá ou de café, e há registros de casos que se agravaram e até de mortes causadas por erros na dosagem dos medicamentos”, explica Aguiar, que é médico.

# Alimento natural nas cantinas escolares

Aprovado projeto de lei do deputado Nelson Goetten (PPB) que dispõe sobre a venda de alimentos nas cantinas das escolas. Sob a justificativa de “garantir o desenvolvimento de hábitos alimentares equilibrados aos alunos, o projeto prevê a proibição de venda de refrigerantes e sucos artificiais, balas, chicletes, confeitos, pipoca doce, chocolates, coxinha de galinha, pastéis, rissole, salsichas, pastéis ou outros salgados fritos, salgadinhos industrializados e, ainda, bolos confeitados com glacê ou caldas açucaradas e folhados.

Sugere que devam ser substituídos por sucos naturais de frutas, leite e água mineral, frutas frescas de todos os tipos, bolo e salada de frutas, sanduíche natural, cachorro-quente, pizzas, esfirras, calzones pão de queijo e outros salgados assados em forno, além de outros produtos considerados “naturais”.

## Viagem ao Cone Sul

De acordo com a Constituição Estadual vigente, é de competência exclusiva do Poder Legislativo conceder ou recusar licença para o Governador e o Vice-Governador ausentarem-se do País ou do Estado quando a ausência exceder a 15 dias.

Sendo assim, os deputados aprovaram projeto de decreto-legislativo procedente da Comissão de Justiça autorizando o Governador e o Vice-Governador a viajarem com destino aos países participantes do Cone Sul, até 31 de dezembro de 2002, para tratar de assuntos inerentes ao Mercosul, devendo cada afastamento ser prévia e expressamente comunicado à Assembléia.

## Olimpíada Colegial

A realização da "1ª Olimpíada Colegial Primavera da Esperança", em Lages, no período de 27 de agosto a 3 de setembro de 2000, está sendo sugerida pelos deputados Ivan Ranzolin (PPB) e Antônio Ceron (PFL) à Secretária da Educação.

No entanto, alertam que para a consecução de tal objetivo é imprescindível a participação daquela Secre-

taria, da Fesporte e da 7ª CRE na organização e desenvolvimento do projeto. Lembram que a sugestão foi inspirada nos moldes da Olimpíada Colegial Esperança 2000, promovida pelos Ministérios da Educação e do Esporte e Turismo, funcionando como agente de integração e de desenvolvimento das atividades esportivas entre os estudantes.

## Poços artesanais em Joinville

Nilson Gonçalves (PFL) fez uma indicação ao presidente da Casan solicitando que mantenha contatos com a direção da Companhia Antártica Paulista visando adquirir direitos de explorar seus poços artesanais, localizados na rua Padre Anchieta, em Joinville, pois produzem água de ótima qualidade.

Segundo o deputado, como a Casan tem encontrado dificuldades para abastecer a população joinvilense com água potável, o aproveitamento desses poços, que serviam às instalações industriais da antiga fábrica de cerveja da Cia. Antártica Paulista, poderia ajudar a minimizar o problema.

## Encontro das CDLs

O deputado Manoel Mota (PMDB) registrou o sucesso da 33ª Convenção Estadual das Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDLs), realizada em Tubarão, destacando que foi um dos maiores e mais importantes eventos de que participou. "Simplesmente memorável, tanto no número de participantes quanto na qualidade das palestras", elogiou.

O encontro reuniu, na última semana, representantes do comércio varejista de muitos estados brasileiros e de municípios catarinenses, que respondem atualmente por 48% da arrecadação estadual e emprega cerca de 41% da mão-de-obra. "Mesmo diante das dificuldades econômicas, os diretores da área do comércio conseguem, com criatividade e competência, sobreviver no mercado", falou. Na opinião de Mota, o comércio merece respeito por ser um dos segmentos que mais contribuem para o desenvolvimento do Estado.

## Proposições

**Deputado Adelor Vieira** (sem partido), requerendo a realização de uma sessão especial da Assembléia, no dia 19 de junho, às 14 horas, evento que marcará a abertura da Semana Estadual Antidrogas e pela Vida.

**Deputado Moacir Sopelsa** (PMDB) ao Presidente da Fesporte, indagando sobre medidas tomadas pela entidade na modalidade karatê, tendo em vista a realização dos Jogos Abertos de Santa Catarina.

**Deputado Joares Ponticelli** (PPB) aos Prefeitos e Presidentes das Câmaras de Vereadores de Laurentino e São Ludgero, cumprimentando-os e aquelas comunidades pelo aniversário de emancipação político-administrativa, a ser comemorado em 12 de junho próximo.

**Deputado Sandro Tarzan** (PTB) ao Prefeito de São Joaquim, ao Secretário Municipal de Agricultura, ao Presidente do Núcleo de Engenheiros Agrônomos e ao Diretor da Epagri, cumprimentando-os pela realização do seminário "Fruteira - Alternativas para o Planalto Serrano".

**Deputado Manoel Mota** (PMDB) ao Patrão-Geral do CTG Orleanense, parabenizando-o pela realização do III Rodeio Crioulo Interestadual, no último final de semana.

**Deputado Joares Ponticelli** (PPB) ao Prefeito de São Martinho, cumprimentando-o pela inauguração do Centro Administrativo Municipal.

**Deputado Adelor Vieira** (sem partido) ao presidente da Telesc, solicitando a instalação de um telefone público no Colégio Estadual Professora Gertrudes Benta Costa, localizado no Bairro Petrópolis, em Joinville.

**Deputado Joares Ponticelli** (PPB) ao presidente da Celesc, cumprimentando-o pela inauguração do Complexo Hidroenergético Wilson Pedro Kleinübing, formado pelas Usinas Hidrelétricas Cedros e Palmeiras.

**Deputado Manoel Mota** (PMDB) ao Governador do Estado, cobrando o cumprimento da prioridade número um do orçamento regionalizado do Extremo Sul, apresentado pela Amesc, que trata da abertura e fixação da barra do rio Araranguá, para evitar futuras enchentes.

**Deputada Ideli Salvatti** (PT) ao Governador do Estado, solicitando que seja encaminhada à Assembléia cópia da ata e lista de presentes na reunião do Conselho de Administração do Besc, realizada no dia 28 de abril passado, que aprovou os balanços financeiros de 1998 e 1999.

**Deputado Manoel Mota** (PMDB) ao Governador do Estado, requerendo que o albergue do presídio regional de Araranguá não seja transformado em presídio feminino.

## Isenção de ICMS para genéricos

A Assembléia Legislativa deve votar em primeiro turno, na próxima semana, projeto do deputado Herneus de Nadal (PMDB) que concede isenção do ICMS para medicamentos genéricos. "Nosso objetivo visa, acima de tudo, reduzir o custo da aquisição desses medicamentos utilizados na saúde. Com certeza, isso vai beneficiar muito mais as famílias com baixo poder aquisitivo", garante o autor, confiante na aprovação da medida.

De acordo com a Lei Federal nº 9.787/99, medicamento genérico é aquele que contém o mesmo

princípio ativo, a mesma concentração, forma farmacêutica, indicação preventiva ou diagnóstica de um produto de referência, registrado em órgão federal responsável pela vigilância sanitária. No entanto, a maior vantagem para o consumidor está no seu preço, normalmente mais barato.

Recentemente o Ministério da Saúde divulgou que já existem no mercado mais de 30 medicamentos genéricos disponíveis à população. Por outro lado, Herneus quer que as farmácias catarinenses disponibilizem esses produtos para que o consumidor possa optar na hora da compra.

## GERAL

## Sessão comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente

*Foram discutidos a destruição da Mata Atlântica, o despejo de óleo nas praias e outros crimes que comprometem o abastecimento de água e causam colapso na distribuição de energia elétrica.*

Estudantes, autoridades e representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) prestigiaram nesta segunda-feira a sessão solene comemorativa do Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), requerida pelo deputado Joares Ponticelli (PPB). Na ocasião foi assinado convênio de cooperação para pesquisa ecológica na região Sul do Estado, firmado entre o Movimento Grito das Águas e a Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (Unesc), através do curso de Engenharia Florestal.

Participaram do evento a secretária da Educação, Miriam Schlickmann, o secretário-adjunto da Secretaria do Meio Ambiente, Murilo Bortolluzi, o procurador-geral de Justiça, José Galvani Alberton, o reitor da Unesc, Edson Rodrigues, o superintendente do Ibama/SC, Luiz Hamilton Martins, o coordenador do Grito das Águas, Leonardo Morelli, o vice-presidente do Partido Verde (PV) de Florianópolis, Mauro



Assinatura de convênio entre a Unesc e o Grito das Águas

Figueiredo, e dirigentes da Fatma e OAB.

O presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), frisou que a sociedade demonstrou repúdio à ganância dos madeireiros que queriam alterar o Código Florestal Brasileiro, informando que 88% dos eleitores ouvidos não votariam em senadores e deputados que se pronunciassem favoravelmente às cotas de desmatamento da Amazônia. Lembrou a destruição da Mata Atlântica,

o despejo de óleo nas praias e outros crimes que comprometem o abastecimento de água e causam colapso na distribuição de energia elétrica.

Osmar Freitas, presidente da Sociedade Amigos da Bacia do Rio Mampituba, agradeceu o Ministério Público por participar da luta de preservação do manancial da Lagoa do Sombrio, protestando contra o plantio de arroz em suas margens e pedindo apoio da Polícia Ambiental para salvar outra

lagoa da cidade ameaçada pela extração de turfa por empresários de Criciúma.

Marli Marques, da indústria da pesca, lamentou que a Lagoa de Imarú já não possua camarão e siri para sustento dos pescadores locais. Morelli denunciou a omissão da Prefeitura de Tubarão por deixar o Rio da Madre tornar-se um esgoto a céu aberto, enfatizando que a qualidade de vida não se faz com grandes obras, mas sim com investimentos em saneamento básico. Conclamou o MP e o Ibama para fiscalizarem a pesca clandestina do berbigão e convidou todos para participarem de um ato dia 10 de junho em Garopaba, com o objetivo de salvar a Lagoa das Capivaras.

A secretária da Educação falou dos projetos do governo para o setor, informando que, por sugestão do Grito das Águas, implantou torneiras dosadoras nas escolas para economizar água, e que a economia de energia elétrica também será motivo de premiação para os alunos da rede pública de ensino.

### Agenda

**Dia 12, 10h** – Reunião de trabalho da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado

Local: Sala das Comissões

**Dia 13, 17h** – Instalação da CPE do Sistema Carcerário, escolha do presidente e relator.

Local: Sala das Comissões

### CPE do Sistema Carcerário será instalada no dia 13

A Comissão Parlamentar Externa (CPE) que vai inspecionar a situação dos presídios e da Fucabem em Santa Catarina vai ser instalada na próxima terça-feira (13), às 17 horas, na Sala das Comissões.

A informação foi repassada pelo deputado Manoel Mota (PMDB), autor do pedido para

constituição da CPE.

Sete parlamentares integram a Comissão, que terá prazo de 90 dias para realizar os trabalhos: Valmir Comin e Odete de Jesus, ambos do PPB, Manoel Mota e Narcizo Parisotto, do PMDB, Clésio Salvaro (PFL), Pedro Uczai (PT) e Jaime Duarte (PPS).